

PLANO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE ACESSIBILIDADE PARA TODOS



VOLUME VI PLANO DE ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO



Porto, Novembro de 2011

VI. PLANO DE ACTUAÇÃO NA COMUNICAÇÃO

SUMÁRIO	PÁG.
1. Introdução	3
2. Objetivo	4
3. Campos de Atuação	5
4. Manual de normas e comportamentos gráficos	6
4.1. Características a ter em conta em documentos impressos	6
4.1.1. Contraste	6
4.1.2. Medidas	7
4.1.3. Tipos de letra	8
4.1.4. Espaçamento	8
4.1.5. Letras maiúsculas	9
4.1.6. Sinalização e informação	10
4.2. Estado atual da Comunicação no âmbito dos documentos impressos no Município de S. Brás de Alportel	
.....	
5. Via Pública	17
5.1. Introdução	17
5.2. Critérios a ter em conta	17
5.2.1. Percursos	17
5.2.2. Sinalização em parques e jardins	20
5.2.3. Sinais, cartazes e painéis informativos	21
5.2.4. Sinalização das reservas de estacionamento	22
5.3. Estado atual da Comunicação no âmbito da Via Pública no Município de S. Brás de Alportel	22
6. Edifícios Públicos	25
6.1. Acessibilidade nos edifícios	25
6.1.1. Acessos	25
6.1.2. Painel de informação de serviços	26
6.1.3. Percursos interiores	26
6.1.4. Elevadores	28
6.1.5. Rampas e escadas	28

6.1.6. Portas e interruptores	29
6.1.7. Instalações Sanitárias	29
6.1.8. Postos de atendimento ao público	30
6.1.9. Megafonia e sinalética de informação	31
6.1.10. Sistemas de emergência	32
6.1.11. Critérios específicos de Comunicação em função do uso do edifício	32
6.2. Estado Atual da Comunicação no âmbito dos Edifícios Públicos no Município de Satão	33

1. Introdução

A comunicação é um termo que define a capacidade das pessoas se relacionarem, cruzarem informação e moverem-se livremente pelo território. O direito à comunicação é um dos direitos fundamentais e, por este motivo, é necessário dedicar esforços e zelar para que todos, independentemente das capacidades físicas, mentais ou cognitivas de cada um, possam usufruir da informação de forma livre e autónoma.

Durante os últimos anos tem-se trabalhado de forma continuada para eliminar as barreiras que limitam a interação dos utilizadores com a sua envolvente, uma envolvente que não foi pensada para todos. Este trabalho contínuo, tradicionalmente concebido para a eliminação de barreiras arquitetónicas, não pode ignorar que existem outras limitações que afetam os sistemas de informação e comunicação e também têm que ser solucionadas.

No modelo atual de sociedade tende a valorizar-se acima de tudo a informação. A informação gera-se continuamente dentro de um município, apesar de nem sempre ser colocada à disposição do cidadão a informação necessária, para que este possa participar ativamente na comunidade. Os cidadãos nem sempre podem dispor desta informação, principalmente devido ao facto de que, aqueles que deveriam colocá-la ao seu alcance, não dispõem das ferramentas, tempo e políticas necessárias para geri-la e potenciar o seu uso.

Por este motivo, é de vital importância que dentro do domínio municipal se tente, por todos os meios, facilitar o acesso de todos os cidadãos à informação, evitando qualquer tipo de discriminação, seja física, tecnológica ou cognitiva.

Através do presente documento, tentar-se-á estabelecer o estado atual dos sistemas e metodologias utilizadas pela Câmara Municipal para facilitar e prestar informação aos cidadãos, assim como os meios (tanto humanos como tecnológicos) e os locais utilizados para o efeito. Tomando como ponto de partida o estado atual, planificar-se-ão as possíveis estratégias políticas e técnicas para melhorar tanto a metodologia de conceção e serviço de informação como o acesso à mesma. O objetivo, em si, é criar um município o mais info-acessível possível.

2. Objetivo

O objetivo do presente documento é estabelecer as principais características que devem cumprir os sistemas de comunicação para que possam ser utilizados por todas as pessoas, independentemente das suas capacidades. Trata-se, pois, de oferecer as recomendações necessárias à Câmara Municipal, com o fim de poder criar ou melhorar os atuais sistemas de comunicação para que garantam a todas as pessoas o direito à informação e à comunicação.

Para poder criar-se um município info-acessível, é necessário cumprir uma série de critérios básicos de comunicação. Através do Plano de Comunicação, tentar-se-á resolver os problemas imediatos que surjam no município, no que toca a Comunicação, bem como estabelecer os critérios a adotar em certas situações, que, mesmo que na atualidade não se apliquem, podem ser necessários em intervenções futuras dentro do contexto municipal.

3. Campos de Atuação

O Plano de Atuação na Comunicação abrange campos de atuação muito díspares, e que têm como ponto comum a existência de informação, que deve ser tratada e gerida, para que qualquer cidadão possa aceder e fazer uso dela sempre que o entenda.

A comunicação inclui aspetos muito diversos, tais como, por um lado, as vias de comunicação físicas que permitem a mobilidade dos utilizadores e, por outro, toda a gestão da transmissão de informação que os utilizadores necessitam para mover-se e utilizar os serviços que o município oferece.

Desta forma, o campo de ação do Plano dividiu-se em diferentes pontos, que se explicam em seguida:

- Via pública: analisam-se os aspetos gerais dos percursos que facilitam a mobilidade dos utilizadores, essencialmente nas questões que afetam a sinalização e o seu desenho.
- Edifícios: analisam-se os diferentes aspetos que os edifícios de uso público têm que cumprir em questões como o acesso, o atendimento ao público e a transmissão de informação.
- Transporte: analisa-se a sinalização das diferentes infraestruturas de transporte, assim como as características da informação que se oferece ao utilizador. Também se incluem as principais características da informação nas unidades móveis.
- Máquinas de auto serviço: definem-se os critérios que uma máquina de autos serviço e o acesso à mesma tem que cumprir para ser considerada acessível a todos.
- Páginas *Web* e outros meios de comunicação: incluem-se os principais critérios que uma página *Web* tem que cumprir para que possa considerar-se acessível e possa ser consultada por todos.
- Informação turística: o turismo é uma fonte de riqueza cultural e económica para qualquer município. Neste ponto incluem-se os critérios necessários para facilitar o acesso dos turistas e dos próprios cidadãos aos pontos de interesse.
- Recomendações gerais para a informação: detalham-se alguns aspetos gerais que afetam todo o tipo de informação escrita e tátil que pretenda fornecer-se aos cidadãos.
- Outras recomendações: incluem-se outras recomendações referentes a meios técnicos de comunicação.

4. Manual de normas e comportamentos gráficos

É importante que, hoje em dia, os municípios possuam um manual de normas e comportamentos gráficos, que sirva de referência no momento de produzir qualquer elemento de informação. É necessário entender que o uso de um manual de normas e comportamentos gráficos permite ao utilizador final identificar a informação oficial, através da qual o município se dirige a ele, e permite também definir critérios de encaminhamento informativo (canalização informativa).

Este manual deve estabelecer as bases, quer protocolares de uso e fornecimento de informação a terceiros, quer de uma correta definição de todos os formatos e tipos de letra de uso oficial, especificando-os, em função do meio onde são publicados. Neste manual é igualmente necessário referir ou ter em consideração orientações que favoreçam o uso acessível da informação.

No seguimento deste tema, são referidas considerações e orientações que devem ser tidas em conta no manual de normas e comportamentos gráficos.

4.1. Características a ter em conta em documentos impressos

Em seguida apresentam-se algumas recomendações gerais, referentes a questões como o tipo de letra, o contraste, a medida das letras, etc., que afetam todo o tipo de informação escrita que se pretenda fornecer aos cidadãos.

4.1.1. Contraste

O contraste de um texto depende da cor de fundo e da medida, espessura e cor da letra. Um bom contraste de texto é, para a maioria dos utilizadores, um fator muito importante para que se possa ler facilmente um texto.

O contraste de cores, que tenham o objetivo de destacar a leitura dos caracteres num painel de informação ou a sinalização em geral em guarda-corpos, obstáculos e esquinas de degraus de escadas, é conseguido usando grandes superfícies de cores claras e os pormenores em cores escuras. Deve ter-se em atenção que alguns contrastes podem causar encandeamento, como por exemplo pode acontecer entre o branco e o preto.

As combinações mais recomendadas são:

Superfícies	Grandes Pormenores
Beije claro	Vermelho escuro
Amarelo claro	Azul escuro
Amarelo	Preto

Letras escuras sobre cores pálidas ou a combinação inversa, ou seja, letras claras sobre fundo escuro, em geral criam um bom contraste.

**Boa
legibilidade**

**Boa
legibilidade**

4.1.2. Medidas

Os painéis de informação ou sinalização devem estar colocados em lugares que permitam aos seus leitores aproximar-se e distanciar-se deles o quanto exija a sua incapacidade visual. A melhor altura é a do olho humano, entre 1,05 e 1,55 metros, medidas que devem ser compatíveis a todo o mundo. Isto induz a que se deva adotar como solução em várias situações, a duplicação de alguns sinais. Nesse caso, devem ser localizados, respetivamente, entre 1,10 e 1,40 metros e entre 1,40 e 1,70 metros de altura.

A sinalização de espaços deve apresentar letras de 4 centímetros de altura mínima e, em geral, recomenda-se a utilização de caracteres de grande tamanho. Os tamanhos aconselháveis, em função da distância a que possa ler-se sem dificuldade são:

Distância (m)	Altura da letra (mm)
5	140
4	110
3	84
2	56
1	28
0,5	14

No que se refere às proporções da letra, recomenda-se que a relação entre a largura e altura das letras maiúsculas esteja compreendida entre 0,7 e 0,8.

4.1.3. Tipos de letra

Ainda que o tipo de letra seja um aspeto menos importante que o contraste do texto, também é um fator que pode melhorar a legibilidade e que, portanto, deve ter-se em conta.

A maioria dos tipos de letra que se utilizam habitualmente é perfeitamente legível por pessoas com dificuldades visuais. É importante que estes tipos de letra sejam nítidos e simples. Desta forma, recomenda-se que se usem tipos de letra claros, evitando os itálicos, as simulações de escrita manual e os tipos de letra barrocos.

Não recomendado	Recomendado
<i>Tipografias em itálico</i>	Tipos de letra claros e legíveis
Simulações de escrita manual	Tipos de letra claros e legíveis
Tipos de letra barrocos	Tipos de letra claros e legíveis

É igualmente importante escolher um tipo de letra que tenha uma numeração clara e que não gere confusão entre números. As pessoas com dificuldades visuais podem confundir com facilidade os números 3, 5 e 8.

No que diz respeito às necessidades das pessoas com incapacidade psíquica ou mental, a utilização de uma simbologia de fácil compreensão permite também melhores condições de acessibilidade a estas pessoas.

4.1.4. Espaçamento

É igualmente importante que haja uma adequada separação entre as letras de uma palavra e entre as palavras. Pode melhorar-se a legibilidade de um texto, utilizando um espaçamento constante entre caracteres, tentando evitar os textos justificados que separem muito as letras.

Não recomendado	Recomendado
Texto justificado	Texto não justificado

Quando o texto ocupa mais do que uma linha, é recomendado que esteja ajustado à esquerda, já que este tipo de texto é o mais fácil de ler. Se estiver ajustado à esquerda e à direita (justificado), convém que os espaços em branco que existam entre as palavras não sejam excessivos, para não dificultar a sua leitura. Não é recomendado que o texto esteja ajustado à direita ou centrado, uma vez que nestes casos cada linha se posiciona em pontos diferentes, dificultando a leitura, especialmente às pessoas com deficiências visuais.

Não recomendado	Recomendado
O texto centrado é difícil de ler, uma vez que cada linha se posiciona num ponto diferente.	O texto ajustado à esquerda é fácil de ler, uma vez que cada linha se posiciona na mesma direção da anterior.
O texto ajustado à direita é difícil de ler, uma vez que cada linha se posiciona num ponto diferente.	O texto justificado à esquerda e à direita é fácil de ler, uma vez que cada linha se posiciona na mesma direção da anterior.

4.1.5. Letras maiúsculas

As letras maiúsculas são mais difíceis de ler em textos mais extensos e, portanto, é melhor utilizar uma combinação de maiúsculas e minúsculas. As letras minúsculas têm estilos gráficos em que existem letras mais altas e outras mais baixas, acentuando as diferenças entre elas e facilitando a sua leitura (f, g, t, s, ...).

Não recomendado	Recomendado
ESCRITA EM MAIÚSCULAS	Escrita que combine maiúsculas e minúsculas

O exemplo seguinte demonstra como é suficiente a parte superior de uma palavra escrita em minúsculas para poder-se lê-la:

O exemplo seguinte demonstra como é suficiente a parte superior de uma palavra escrita em minúsculas para poder-se lê-la:

Município de Satão

4.1.6. Sinalização e informação tátil

A informação e sinalização tátil deve ser desenhada com grande prudência e estabelecendo previamente a premissa de uma localização pré-estabelecida estável e uniforme; dito de outro modo, não se deve pressupor que o cego deva procurar esses elementos de sinalização e informação.

A informação fornecida aos cegos em painéis, em Braille ou em caracteres latinos em alto relevo, deve ser muito concisa e experimentada previamente, pois facilmente falha a funcionalidade e oferece-se um emaranhado impossível de ler ao tato por estes utilizadores. Deve haver o cuidado de não colocar nestes painéis critérios visuais, pois estes são elementos não válidos para a apreciação tátil.

A sinalização tátil, propriamente dita, para ser lida com a gema dos dedos das mãos, pode ser fornecida em diversos pontos do edifício. Tendo como exemplo um serviço de transportes, pode colocar-se informação dentro dos edifícios das estações: em lugar pré-estabelecido em cada acesso, num plano de informação da rede do serviço em questão, num plano da linha e suas estações de ligação, num plano esquemático da própria estação, etc. Também podem colocar-se sinais tácteis no início dos guarda-corpos de escadas ou outros elementos de circulação principais, com informação básica sobre estas.

Analisar-se-á a conveniência ou não de colocar um sinal/painel em cada elevador e nas plataformas de paragem com informação sobre acessos a níveis superiores, assegurados por elevadores, e de usar a informação “Você está no piso...”. Deve igualmente analisar-se a conveniência ou não de se colocar na plataforma de paragem de cada piso um plano esquemático do edifício, onde se localizem os meios especiais através dos quais podem circular as PMC, aplicando o modelo de localização “Você está aqui”.

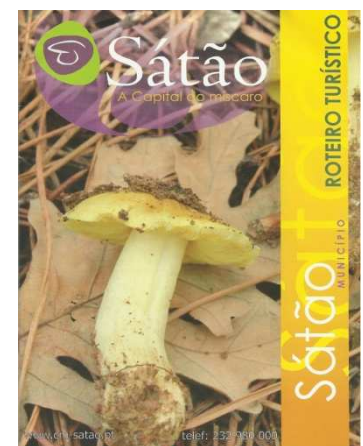
Devem utilizar-se sempre estilos gráficos e caracteres latinos com letras em alto-relevo e texto duplicado em Braille, localizados em lugares pré-definidos e uniformes.

Toda a informação tátil que é explicada nesta secção, deve ser fornecida com o máximo de rigor, especialmente no que se refere à localização dos elementos e ao tamanho dos caracteres, de forma a que possa ter a mínima utilidade.

4.2. Estado atual da Comunicação no âmbito dos documentos Impressos do Município de Satão

Quadro de normas e comportamentos gráficos de Acessibilidade			
Município: Sátão	Documento nº 1		
Desdobrável, folheto, agenda, e outros: Sátão - Roteiro Turístico			
	Sim	Não	N/A
Bom contraste de cores: superfícies de cores claras com letras em cores escuras	1		
Bom contraste de cores: superfícies de cores escuras com letras em cores claras	1		
Sem encandeamento provocado pelo contraste entre o preto e o branco		1	
Tamanho do tipo da letra principal: 12 a 14		1	
Tipo de letra claro e simples	1		
Sem tipo de letra em itálico	1		
Sem tipo de letra simulando escrita manual	1		
Sem tipo de letra barroca			
Tipo de letra com numeração clara que não gere confusão entre os números 3, 5 e 8		1	
Espaçamento constante entre caracteres	1		
Espaçamento adequado entre linhas (recomendado 1.5)	1		
Texto ajustado à esquerda	1		
Sem texto justificado (ajustado à esquerda e à direita)		1	
Sem texto ajustado à direita	1		
Sem texto centrado	1		
Sem letras em maiúsculas em textos mais compridos	1		
Texto com letras em maiúsculas e em minúsculas	1		
Sem texto colocado sobre uma imagem		1	
Sem textura de superfície brilhante		1	
Texto com linguagem simples e objetiva		1	
Texto em várias línguas		1	
Contactos do Município: informações e atendimento claros e legíveis: telf. e página Web		1	
Total	12	9	
% relativas aos itens de acessibilidade aplicáveis ao documento analisado	57,14%	42,86%	

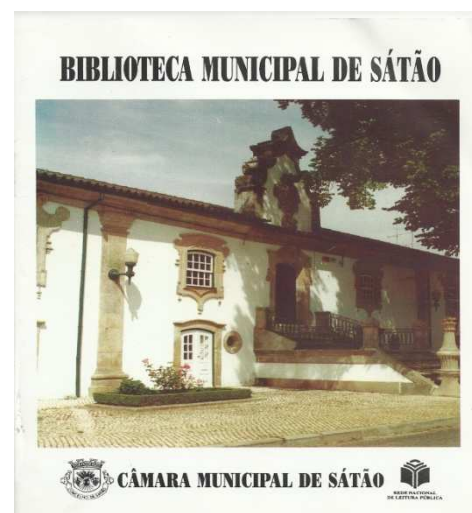
O folheto “Sátão – A Capital do míscaros – Roteiro Turístico” é constituído por 16 páginas agraphadas ao meio de fácil manipulação. Tal como o quadro das normas e comportamentos gráficos refere, a sua percentagem de acessibilidade é de 57,14%. No entanto, e ainda que o resultado seja positivo, a sua leitura é pouco acessível para qualquer pessoa e muito particularmente para quem tenha problemas de visão, uma vez que a cor da letra é branca no seu interior em contraste com o preto de fundo numa de textura de superfície brilhante, o que provoca encandeamento. Também o tamanho de tipo de letra é inferior aos 12 a 14 recomendados sempre que são referidos outros locais a visitar em cada freguesia e os contactos úteis de Bombeiros, Farmácias,. Um outro problema verificado refere-se à capa do folheto em que há a sobreposição de letras e imagens o que torna praticamente inacessível a sua leitura.



Folheto “Sátão- A capital do míscaros – Roteiro Turístico” com uma percentagem de acessibilidade de 57,14%.

Quadro de normas e comportamentos gráficos de Acessibilidade			
Município: Sátão	Documento nº 2		
Desdobrável, folheto, agenda, e outros: Biblioteca Municipal de Sátão			
	Sim	Não	N/A
Bom contraste de cores: superfícies de cores claras com letras em cores escuras	1		
Bom contraste de cores: superfícies de cores escuras com letras em cores claras		1	
Sem encandeamento provocado pelo contraste entre o preto e o branco		1	
Tamanho do tipo da letra principal: 12 a 14		1	
Tipo de letra claro e simples	1		
Sem tipo de letra em itálico	1		
Sem tipo de letra simulando escrita manual		1	
Sem tipo de letra barroca	1		
Tipo de letra com numeração clara que não gere confusão entre os números 3, 5 e 8	1		
Espaçamento constante entre caracteres		1	
Espaçamento adequado entre linhas (recomendado 1.5)	1		
Texto ajustado à esquerda	1		
Sem texto justificado (ajustado à esquerda e à direita)		1	
Sem texto ajustado à direita	1		
Sem texto centrado		1	
Sem letras em maiúsculas em textos mais compridos	1		
Texto com letras em maiúsculas e em minúsculas	1		
Sem texto colocado sobre uma imagem	1		
Sem textura de superfície brilhante		1	
Texto com linguagem simples e objetiva		1	
Texto em várias línguas		1	
Contactos do Município: informações e atendimento claros e legíveis: telf. e página Web	1		
Total	12	10	
% relativas aos itens de acessibilidade aplicáveis ao documento analisado	54,55%	45,45%	

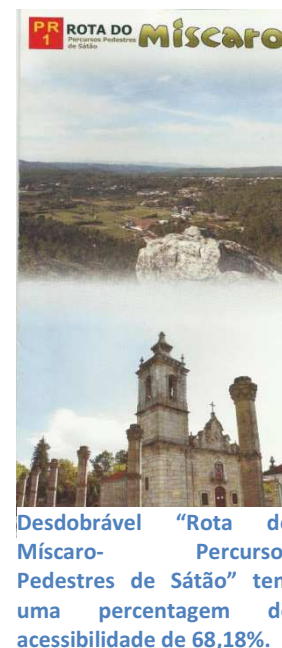
O folheto é constituído por 12 páginas agrafadas ao centro de fácil manuseio. Tal como se pode ler acima, a percentagem de “Sim” é de 54,55% no que se refere à acessibilidade do documento analisado. Sendo um valor positivo há, no entanto, problemas que o tornam pouco acessível para pessoas com problemas de visão. O contraste da cor dos caracteres a preto com o branco de fundo numa textura de superfície brilhante pode provocar encandeamento tornando a sua leitura pouco acessível, agravada pelo facto do tamanho do tipo de letra não obedecer aos 12 a 14 recomendados. Um outro problema a registar é o facto da informação sobre a sala infanto-juvenil estar escrita com um tipo de letra simulando a escrita manual tornando, portanto, inacessível a sua leitura à maior parte das pessoas.



Folheto “Biblioteca Municipal de Sátão” com uma percentagem de acessibilidade de 54,55%.

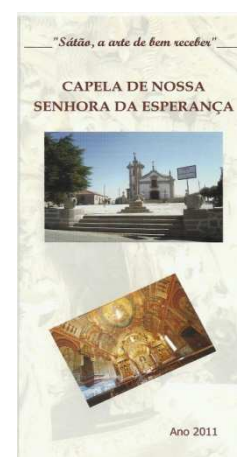
Quadro de normas e comportamentos gráficos de Acessibilidade			
Município: Sátão	Documento nº 3		
Desdobrável, folheto, agenda, e outros: Rota do Míscaro-Percursos Pedestres de Sátão			
	Sim	Não	N/A
Bom contraste de cores: superfícies de cores claras com letras em cores escuras	1		
Bom contraste de cores: superfícies de cores escuras com letras em cores claras		1	
Sem encandeamento provocado pelo contraste entre o preto e o branco	1		
Tamanho do tipo da letra principal: 12 a 14		1	
Tipo de letra claro e simples	1		
Sem tipo de letra em itálico		1	
Sem tipo de letra simulando escrita manual		1	
Sem tipo de letra barroca	1		
Tipo de letra com numeração clara que não gere confusão entre os números 3, 5 e 8	1		
Espaçamento constante entre caracteres	1		
Espaçamento adequado entre linhas (recomendado 1.5)	1		
Texto ajustado à esquerda	1		
Sem texto justificado (ajustado à esquerda e à direita)	1		
Sem texto ajustado à direita	1		
Sem texto centrado	1		
Sem letras em maiúsculas em textos mais compridos	1		
Texto com letras em maiúsculas e em minúsculas	1		
Sem texto colocado sobre uma imagem	1		
Sem textura de superfície brilhante		1	
Texto com linguagem simples e objetiva		1	
Texto em várias línguas		1	
Contactos do Município: informações e atendimento claros e legíveis: telf.e página Web	1		
Total	15	7	
% relativas aos itens de acessibilidade aplicáveis ao documento analisado	68,18%	31,82%	

O desdobrável “Rota do Míscaro – Percursos Pedestres de Sátão” é composto por 6 páginas, o que implica alguma dificuldade de manipulação. Tal como o quadro das normas e comportamentos gráficos refere, a sua acessibilidade é de 68,18%. No entanto, e ainda que o resultado seja positivo, a sua leitura é muito pouco acessível, e muito particularmente para quem tenha problemas de visão, no que se refere ao tamanho do tipo de letra do mapa, muito inferior aos 12 a 14 recomendados na legenda, agravado pela utilização do itálico e do sublinhado em alguns locais do mesmo. Também na última página dedicada ao Concelho de Sátão, o tipo de letra utilizado é inferior aos 12 a 14 recomendados o que torna pouco acessível a sua leitura.



Quadro de normas e comportamentos gráficos de Acessibilidade			
Município: Sátão	Documento nº 4		
Desdobrável, folheto, agenda, e outros: Capela de Nossa Senhora da Esperança			
	Sim	Não	N/A
Bom contraste de cores: superfícies de cores claras com letras em cores escuras	1		
Bom contraste de cores: superfícies de cores escuras com letras em cores claras		1	
Sem encandeamento provocado pelo contraste entre o preto e o branco	1		
Tamanho do tipo da letra principal: 12 a 14	1		
Tipo de letra claro e simples	1		
Sem tipo de letra em itálico		1	
Sem tipo de letra simulando escrita manual		1	
Sem tipo de letra barroca	1		
Tipo de letra com numeração clara que não gere confusão entre os números 3, 5 e 8	1		
Espaçamento constante entre caracteres		1	
Espaçamento adequado entre linhas (recomendado 1.5)	1		
Texto ajustado à esquerda	1		
Sem texto justificado (ajustado à esquerda e à direita)		1	
Sem texto ajustado à direita	1		
Sem texto centrado	1		
Sem letras em maiúsculas em textos mais compridos	1		
Texto com letras em maiúsculas e em minúsculas	1		
Sem texto colocado sobre uma imagem		1	
Sem textura de superfície brilhante		1	
Texto com linguagem simples e objetiva		1	
Texto em várias línguas		1	
Contactos do Município: informações e atendimento claros e legíveis: telf. e página Web	1		
Total	13	9	
% relativas aos itens de acessibilidade aplicáveis ao documento analisado	59,09%	40,91%	

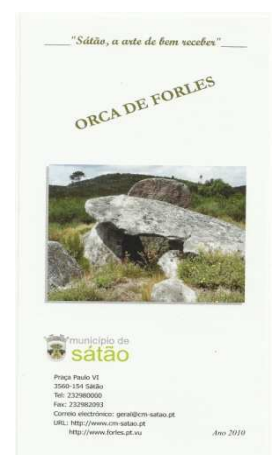
O desdobrável “ Capela de Nossa Senhora da Esperança – Ano 2011” é constituído por seis páginas, o que implica alguma dificuldade de manipulação. Tal como se pode ver no quadro acima, a sua percentagem de acessibilidade é de 59,09%. Ainda que o resultado seja positivo, detetámos alguns problemas no que se refere ao quadro das normas e comportamentos gráficos de acessibilidade. Logo na capa e nas últimas duas páginas encontramos texto escrito sobre imagem o que dificulta a sua leitura, agravado pelo facto de todo o documento ter uma textura de superfície brilhante, o que pode provocar encandeamento. Na terceira página há pedaços de texto sublinhados o que o torna pouco acessível, acontecendo o mesmo na quarta página em que é utilizado o tipo de letra em itálico.



Desdobrável “Capela de Nossa Senhora da Esperança- Ano 2011” com uma percentagem de acessibilidade de 59,09%.

Quadro de normas e comportamentos gráficos de Acessibilidade			
Município: Sátão	Documento nº 5		
Desdobrável, folheto, agenda, e outros: Orca de Forles			
	Sim	Não	N/A
Bom contraste de cores: superfícies de cores claras com letras em cores escuras	1		
Bom contraste de cores: superfícies de cores escuras com letras em cores claras		1	
Sem encandeamento provocado pelo contraste entre o preto e o branco		1	
Tamanho do tipo da letra principal: 12 a 14		1	
Tipo de letra claro e simples	1		
Sem tipo de letra em itálico	1		
Sem tipo de letra simulando escrita manual		1	
Sem tipo de letra barroca	1		
Tipo de letra com numeração clara que não gere confusão entre os números 3, 5 e 8	1		
Espaçamento constante entre caracteres	1		
Espaçamento adequado entre linhas (recomendado 1.5)		1	
Texto ajustado à esquerda	1		
Sem texto justificado (ajustado à esquerda e à direita)	1		
Sem texto ajustado à direita	1		
Sem texto centrado	1		
Sem letras em maiúsculas em textos mais compridos	1		
Texto com letras em maiúsculas e em minúsculas	1		
Sem texto colocado sobre uma imagem	1		
Sem textura de superfície brilhante		1	
Texto com linguagem simples e objetiva	1		
Texto em várias línguas		1	
Contactos do Município: informações e atendimento claros e legíveis: telf.e página Web	1		
Total	15	7	

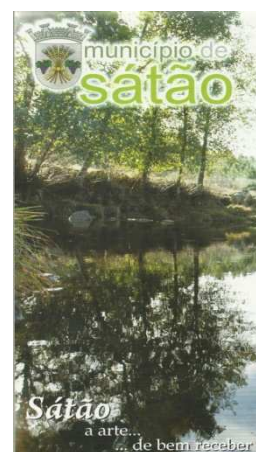
O folheto “Orca de Forles” é constituído por duas páginas (frente e verso) e de fácil manuseio. Apesar de percentagem de acessibilidade do documento ser de 68,18%, este regista, no entanto, alguns problemas que tornam a sua leitura pouco acessível à maior parte das pessoas. Tendo uma textura de superfície brilhante de cor branca, o que pode provocar encandeamento a pessoas com problemas de visão, o facto do texto do verso ter um tamanho de letra bastante inferior aos 12 a 14 recomendados dificulta a sua leitura à maior parte das pessoas. Também o recurso ao tipo de letra em itálico para designar a obra de que foi retirada a informação torna-a praticamente inacessível a qualquer pessoa.



Folheto “Orca de Forles”
com uma percentagem
de acessibilidade de
68,18%.

Quadro de normas e comportamentos gráficos de Acessibilidade			
Município: Sátão	Documento nº 6		
Desdobrável, folheto, agenda, e outros: Município de Sátão			
	Sim	Não	N/A
Bom contraste de cores: superfícies de cores claras com letras em cores escuras	1		
Bom contraste de cores: superfícies de cores escuras com letras em cores claras		1	
Sem encandeamento provocado pelo contraste entre o preto e o branco		1	
Tamanho do tipo da letra principal: 12 a 14		1	
Tipo de letra claro e simples	1		
Sem tipo de letra em itálico	1		
Sem tipo de letra simulando escrita manual	1		
Sem tipo de letra barroca	1		
Tipo de letra com numeração clara que não gere confusão entre os números 3, 5 e 8	1		
Espaçamento constante entre caracteres	1		
Espaçamento adequado entre linhas (recomendado 1.5)	1		
Texto ajustado à esquerda	1		
Sem texto justificado (ajustado à esquerda e à direita)	1		
Sem texto ajustado à direita		1	
Sem texto centrado		1	
Sem letras em maiúsculas em textos mais compridos	1		
Texto com letras em maiúsculas e em minúsculas	1		
Sem texto colocado sobre uma imagem		1	
Sem textura de superfície brilhante		1	
Texto com linguagem simples e objetiva	1		
Texto em várias línguas		1	
Contactos do Município: informações e atendimento claros e legíveis: telf.e página Web	1		
Total	14	8	
% relativas aos itens de acessibilidade aplicáveis ao documento analisado	63,64%	36,36%	

O desdobrável “Município de Sátão – Sátão a arte... de bem receber” é constituído por 24 páginas de muito difícil manipulação. De acordo com o quadro de normas e comportamentos gráficos de acessibilidade, a sua percentagem é positiva, 63,64%. No entanto, analisado detetámos vários problemas que tornam pouco acessível a sua leitura. No interior do desdobrável existem dois mapas, sendo o da esquerda de Sátão, com as suas ruas e alguns edifícios assinalados, e o da direita a sua localização na região com as respetivas estradas de acesso. Um dos problemas que abrange todo o desdobrável é o facto da textura do mesmo ser de superfície brilhante o que pode provocar encandeamento. No mapa de Sátão, as ruas estão numeradas a branco sobre um fundo quadrado de cor preta, cujo contraste dificulta a sua leitura. A legenda do nome das ruas tem um tamanho do tipo de letra muito inferior aos 12 a 14 recomendados, o que torna quase inacessível a sua leitura, o mesmo acontecendo com a legenda do mapa das estradas e locais da região.



Desdobrável “Município de Sátão” com uma percentagem de acessibilidade de 63,64%.

5. Via Pública

5.1. Introdução

A via pública é o conjunto das ruas, praças, parques e outros espaços urbanos, que formam a envolvente física de um município, por onde as pessoas têm que se deslocar. O desenho desta envolvente física é essencial para que esta seja um espaço real e vital de comunicação para todos.

5.2. Critérios a ter em conta

5.2.1. Percursos

Dentro do conjunto da via pública, adquirem especial relevância os percursos que permitem às pessoas deslocar-se livremente e de forma independente por todo o território.

Assim sendo, é necessário pensar nos aspetos que possam representar dificuldades às pessoas com mobilidade reduzida, sejam temporários ou permanentes, e melhorá-los, de forma a deixarem de ser um impedimento para a livre comunicação das pessoas.

Sonorização dos semáforos

A sonorização dos semáforos é um ponto importante na criação de percursos na via pública, de forma a facilitar a deslocação autónoma por todo o município de pessoas invisuais ou com graves incapacidades visuais.

Os semáforos sonoros incorporam um mecanismo acústico, que se ativa através de um comando à distância e que indica aos utilizadores com dificuldades visuais o momento em que lhe é permitido atravessar a passadeira, aumentando assim a sua autonomia e a sua segurança.

A emissão sonora dos semáforos tem duas funções: avisar o momento em que se pode atravessar a rua e servir de referência para se chegar ao passeio oposto. Os altifalantes ou emissores, que regulam uma passadeira para peões, devem sempre compor um par, e estes devem estar voltados um para o outro, de forma a que o som se oriente no sentido do peão que atravessa a passadeira.

O sinal acústico deve ter um tom agradável, devem anular-se todos os sons estridentes ou nocivos e também os que podem induzir em erro, por assemelhar-se com outros sons que habitualmente se podem encontrar na cidade ou até mesmo no campo (como por exemplo, o canto de pássaros). O volume da emissão sonora do semáforo deve poder ser regulado através de sensores, que adequam a intensidade do som em função do nível de ruído da envolvente em cada momento (dependendo da intensidade do tráfego, situações meteorológicas extremas, etc.).

É fundamental que, periodicamente, se realize uma manutenção dos dispositivos sonoros, para garantir que estes continuem a cumprir com a sua função.

Sinalização das passadeiras para peões

É essencial que as passadeiras para peões, onde veículos e pessoas compartilham um mesmo espaço público, estejam corretamente sinalizadas, para segurança dos próprios peões.

Convém que as passadeiras tenham um traçado em linha reta, perpendicular ao passeio. Além disso, devem estar sinalizadas com faixas brancas, pintadas com tinta refletora, antiderrapante e rugosa, ou com lajes brancas especiais, justapostas, que indiquem a largura da passadeira.

Se o traçado da passadeira não for retilíneo e houver necessidade de cruzar a rua na diagonal, deve prestar-se especial atenção às dificuldades que podem ter as pessoas invisuais ou que possuam dificuldades visuais. Existem duas opções para sinalizar estas passadeiras: podem colocar-se bandas delimitadoras em cada um dos lados ou pode elevar-se toda a superfície da passadeira.



*Exemplo de passadeira diagonal
correctamente sinalizada*

Sinalização de rebaixamento para peões

A correta sinalização dos rebaixamentos para peões também facilita às pessoas com dificuldades visuais a localização dos pontos onde lhes é permitido atravessar a rua. A altura do lancil em toda a largura das passagens de peões não pode ser superior a 0,02M. O pavimento do passeio na zona imediatamente adjacente à passagem de peões deve ser rampeado, com uma inclinação não superior a 8% na direção da passagem de peões e não superior a 10% na direção do lancil do passeio ou caminho de peões, quando este tiver uma orientação diversa da passagem de peões, de forma a estabelecer uma concordância entre o nível do pavimento do passeio e o nível do pavimento da faixa de rodagem. A zona de interceção das passagens de peões com os separadores

centrais das rodovias deve ter, em toda a largura das passagens de peões, uma dimensão não inferior a 1,2 m e uma inclinação do piso e dos seus revestimentos não superior a 2%, medidas na direção do atravessamento dos peões.

Sinalização de escadas e rampas

O início e o final de uma escada devem estar sinalizados com faixas da largura da própria escada com pavimento diferenciado, de forma a que possa ser facilmente detetável pelo utilizador.

A largura dos lanços, patins e patamares das escadas não deve ser inferior a 1,2 m. As escadas devem possuir patamares superiores e inferiores com uma profundidade, medida no sentido do movimento, não inferior a 1,2 m; patins intermédios com uma profundidade, medida no sentido do movimento, não inferior a 0,7 m, se os desníveis a vencer, medidos na vertical entre o pavimento imediatamente anterior ao primeiro degrau e o cobertor (profundidade) do degrau superior, forem superiores a 2,4 m.

Os degraus das escadas devem ter uma profundidade (cobertor) não inferior a 0,28 m;

Uma altura (espelho) não superior a 0,18 m; As dimensões do cobertor (profundidade) e do espelho (altura) devem ser constantes ao longo de cada lanço; a aresta do focinho boleada com um raio de curvatura compreendido entre 0,005 m e 0,01 m; faixas antiderrapantes e de sinalização visual com um de sinalização visual com uma largura não inferior a 0,04 m e encastradas junto ao focinho dos degraus. O degrau de arranque pode ter dimensões do cobertor (profundidade) e do espelho (largura) diferente das dimensões dos restantes degraus do lanço, se a relação de duas vezes a altura do espelho mais uma vez a profundidade do cobertor se mantiver constante. A profundidade do degrau (cobertor) deve ser medida pela superfície que excede a projeção vertical do degrau superior; se as escadas tiverem troços curvos, deve garantir-se uma profundidade do degrau não inferior a pelo menos dois terços da largura da escada. Os degraus das escadas não devem possuir elementos salientes nos planos de concordância entre o espelho e o cobertor. Os elementos que constituem as escadas não devem apresentar arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas. As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,4 m devem possuir corrimãos de ambos os lados. A altura dos corrimãos, medida verticalmente entre o focinho dos degraus e o bordo superior do elemento preensível, deve estar compreendida entre 0,85 m e 0,9 m. No topo da escada os corrimãos devem prolongar-se pelo menos 0,3 m para além do último degrau do lanço, sendo esta extensão paralela ao piso. Na base da escada os corrimãos devem prolongar-se para além do primeiro degrau do lanço numa extensão igual à dimensão da profundidade mantendo a inclinação da escada. Os corrimãos devem ser contínuos ao longo dos vários lanços da escada.

É recomendável que não existam degraus isolados nem escadas constituídas por menos de três degraus, contados pelo número de espelhos; quando isto não for possível, os degraus devem estar claramente assinalados com um material de revestimento de textura diferente e cor contrastante com o restante piso. É recomendável que não existam escadas, mas quando uma mudança de nível for inevitável, podem existir escadas se forem complementadas por rampas, ascensores ou plataformas elevatórias.

Os degraus das escadas rolantes devem estar sinalizados em todo o seu contorno, laterais e cantos, com uma banda de 5 centímetros, para facilitar a sua deteção por pessoas com visão reduzida. Recomenda-se a cor amarela fluorescente, já que esta é entendida como sinal de alerta.

O revestimento de piso das rampas, no seu início e fim, deve ter faixas com diferenciação de textura e cor contrastante relativamente ao pavimento adjacente.

Desenho e localização dos elementos urbanos

Todos os elementos urbanos devem estar desenhados de forma a que o volume dos objetos salientes das paredes não se projetem a mais de 0,1 m, se o seu volume estiver a uma altura do piso compreendida entre 0,7 m e 2 m. Podem projetar-se a qualquer dimensão se o seu limite inferior estiver a uma altura do piso não superior a 0,7m. Se existirem objetos salientes assentes em pilares ou colunas separadas de outros elementos não devem projetar-se mais de 0,3 m dos suportes, se o seu limite inferior estiver a uma altura do piso não superior a 0,7 m e 2 m. Podem projetar-se a qualquer dimensão, se o seu limite inferior estiver a uma altura do piso não superior a 0,7m. Os objetos salientes que se projetem mais de 0,1 m ou estiverem a uma altura do piso inferior a 0,7m devem ser considerados ao determinar a largura livre das faixas de circulação ou dos espaços de manobra. Devem ser desenhados de forma a que o seu volume não ultrapasse os 10 centímetros salientes nas paredes.

No caso de existirem elementos que possuam uma parte saliente que ultrapasse os 10 centímetros abaixo dos 2,40 metros de altura, estes devem prolongar-se com a mesma espessura até ao solo e devem estar sinalizados no solo por um elemento destacado com uma altura superior a 20 centímetros (guarda-corpo, floreira, etc.). Em qualquer dos casos, o prolongamento do elemento deve ser feito tendo em conta toda a envolvente do mesmo. Todos os elementos urbanos (árvores, contentores, sinais verticais, etc.) devem estar localizados de forma a que não sejam um entrave para a circulação, tendo em conta o espaço de canal de circulação livre, com a largura de 1,20 desde a fachada até à localização dos elementos urbanos junto aos passeios, para que não constituam qualquer obstáculo à circulação de invisuais ou pessoas em cadeiras de rodas. Todos os elementos urbanos devem, portanto, estar localizados de forma a que não sejam um entrave para a circulação, deixando livre uma largura mínima de passeio de 1,20m.

As obras que se realizem na via pública devem estar devidamente vedadas e sinalizadas com luzes vermelhas e intermitentes e dispositivo acústico, que liberte um som de alerta contínuo e bem audível.

5.2.2. Sinalização em parques e jardins

Todos os parques e jardins devem dispor de algum acesso adaptado, interligado à via pública, e que permita a entrada de utilizadores com mobilidade reduzida.

Os percursos pedonais interiores dos parques devem ter em todo o seu desenvolvimento um canal de circulação contínuo e desimpedido de obstruções com uma largura não inferior a 1,2 m, medida ao nível do pavimento. Devem incluir-se nas obstruções referidas o mobiliário urbano, as árvores, as placas de sinalização,

as bocas de incêndio, as papeleiras ou outros elementos que bloqueiem ou prejudiquem a progressão das pessoas.

São permitidos os solos macios, com pavimentos que não possuam areia ou qualquer outro material solto e com uma compactação mínima de 75%, segundo o ensaio Proctor.

Os trilhos pedestres e diagonais de praças ajardinadas devem ter uma faixa pavimentada e um grau de compactação de 90%, segundo o ensaio Proctor. De ambos os lados dos trilhos devem ser colocados lancis ou pequenos guarda-corpos, para auxílio e orientação dos peões invisuais.

Os parques e jardins de grande extensão, que disponham de zonas diferenciadas com numerosos serviços e atividades, devem incorporar um painel informativo com a localização desses serviços e atividades que aí se podem realizar.

Um bom uso das cores e das texturas, sinalizando as diferentes zonas dos parques e jardins (zonas de passagem, zonas de descanso, zonas de recreio, etc.) é de grande ajuda na orientação das pessoas com dificuldades visuais.

Há que ter em conta a correta adequação dos diferentes espaços do parque. Deste modo, é conveniente, por exemplo, localizar bancos próximo de zonas especialmente destinadas a jogos para crianças, para que os adultos possam vigiá-las enquanto estas jogam; ou também plantar árvores de folha caduca, que permitam a passagem do sol durante os meses de Inverno e que façam sombra durante o Verão.

Os limites externos das esplanadas localizadas na via pública devem estar delimitados com elementos fixos (floreiras, guarda-corpos ou vedações) e o espaço ocupado deve estar sinalizado com faixas de pavimento especial, sinalizador, antes e depois da esplanada.

5.2.3. Sinais, cartazes e painéis informativos

Os painéis, colunas ou qualquer outro elemento de informação devem estar instalados sempre fora da faixa de livre circulação. Os postes verticais de informação urbana (direções, ruas, monumentos, etc.) devem situar-se na faixa exterior do passeio, em placa ou letreiro a 2,40 metros de altura. Todos os painéis informativos, incluindo os suportes dos mesmos, devem ter as mesmas dimensões desde a base até à parte superior, e a sua colocação deve permitir a sua leitura sem que prejudique ou altere a circulação pedonal ou de veículos.

Qualquer sistema informativo deve ser colocado de forma a que a sua leitura seja cómoda. Deve ter determinadas características que facilitem a sua leitura e compreensão: um bom contraste de cor entre a letra e o fundo, um tipo de letra legível, de acordo com a distância máxima a que deve ler-se e, se possível, também incluir símbolos internacionalmente reconhecidos, para facilitar a sua leitura e compreensão.

5.2.4. Sinalização das reservas de estacionamento

É necessário dispor-se de uma boa localização de lugares de estacionamento reservados para pessoas com mobilidade reduzida, que estejam conectados através de um percurso acessível até à via pública.

As reservas devem ser sinalizadas no solo com o Símbolo Internacional de Acessibilidade e com um sinal vertical, visível, com o mesmo símbolo e com a inscrição “Reservado a pessoas com mobilidade reduzida”.

É necessário zelar por uma correta utilização das reservas de estacionamento, procurando que não sejam utilizadas por utilizadores que não possuam o dístico que lhes permite estacionar nesses lugares.

5.3 Estado Atual da Comunicação no âmbito da Via Pública no Município de Sátão

Sonorização dos Semáforos

Na área de intervenção não existem passadeiras com semáforos. Em vias de circulação automóvel em que se regista uma maior intensidade de tráfego não existe nenhum elemento de pacificação do trânsito para segurança dos peões, tal como a sinalização através de semáforos, como por exemplo na Rua José de Frias

Ribeiro.



Nas áreas de intervenção não existem passadeiras com semáforos enquanto elementos de pacificação de tráfego para segurança dos peões como, por exemplo, na Rua José de Frias Ribeiro.

Sinalização das passadeiras para peões

Em muitas das vias de circulação automóvel estudadas, as passadeiras não têm sinalização vertical, tal como acontece numa das travessas da Praça Paulo VI. Para além disso, em alguns casos deveria haver mesmo em termos de alerta e de segurança, a existência de sinalização luminosa, quer nas placas de sinalização

vertical, quer no pavimento.



Em muitas das vias de circulação automóvel, as passadeiras não têm sinalização vertical, tal como acontece numa das travessas da Praça Paulo VI, o que é um perigo para os peões que atravessam estas vias.

Em algumas passadeiras listadas, pintadas no chão, verifica-se que se encontram com a pintura em mau estado, encontrando-se desgastadas e pouco visíveis, como acontece na Av. Conde D. Henrique.



Passadeira da Av. Conde D. Henrique com a pintura em mau estado, com listas desgastadas e pouco visíveis.

Desenho e localização dos elementos urbanos

Além de um desenho incorreto, em geral os elementos urbanos estão mal localizados nas áreas de intervenção. Em vários casos detetados, os elementos urbanos estão localizados junto às fachadas ou muros dos edifícios, o seu volume ultrapassa os 10 cm recomendados, ocupando o espaço do canal de circulação livre (1,20m a partir das fachadas) para invisuais e pessoas que se desloquem em cadeiras de rodas. Um exemplo detetado, entre outros, é da Rua 25 de Abril em que uma caixa de eletricidade está colocada junto à fachada de uma casa não respeitando o canal de circulação livre de circulação.



Na Rua 25 de Abril uma caixa de eletricidade está colocada junto à fachada de uma casa não respeitando o espaço do canal livre de circulação para invisuais e pessoas que se desloquem em cadeira de rodas.

Os elementos que apresentam um obstáculo a uma altura inferior a 2,40m, nomeadamente, placas de sinalização ou informativas, ramos de árvores ou toldos, como é o caso do da Rua José de Frias Barbosa, são considerados mal desenhados dado que existe o risco de não serem detetados pelos peões.



Toldo na Rua José de Frias Barbosa, a uma altura inferior a 2,40m é considerado mal desenhado e corre o risco de não ser detetado pelos peões.

Sinalização das reservas de estacionamento

Nas zonas de estacionamento para veículos automóveis da área de intervenção, os lugares de estacionamento reservado para pessoas com mobilidade condicionada são inexistentes. Mesmo a sinalização vertical de parques de estacionamento é praticamente nula, como é o caso do parque do Largo de S. Bernardo, havendo raras exceções como a do parque reservado aos veículos automóveis da Câmara Municipal.



No Largo de S. Bernardo, como em muitos outros parques de estacionamento, não existe sinalização vertical nem lugares de estacionamento reservados a pessoas com mobilidade condicionada.

Sinalização de rebaixamentos para peões

Nenhuma das passadeiras da área analisada obedece às regras da acessibilidade. Nenhuma delas é sobrelevada, o que seria um elemento pacificador do trânsito e, consequentemente, de segurança para os peões. Existem, no entanto, em muitas passadeiras analisadas rebaixamento nos lances dos passeios de ambos os lados da via que não são acessíveis, uma vez que não abrangem toda a largura da passadeira, como é o caso da existente numa travessa da Praça Paulo VI. Quer no caso em que existem rebaixamentos, quer no caso dos passeios onde não existem, verifica-se a ausência de pavimento diferenciado encaminhador para invisuais.



Numa passadeira da Travessa Paulo VI, existe rebaixamento no lance mas não abrange toda a largura da passadeira e no passeio não existe pavimento diferenciado encaminhador para invisuais.

Sinalização de escadas, ressaltos e rampas

Um dos grandes obstáculos presente na área de intervenção que dificulta ou mesmo impossibilita a circulação das pessoas com mobilidade condicionada que se desloquem em cadeira de rodas ou com problemas de visão é a existência de escadas que ocupam parte dos passeios, tanto de acesso aos edifícios e equipamentos como a casas de habitação e estabelecimentos comerciais sem que estejam devidamente sinalizados, como é o caso registado na Rua Inspector de Frias.



Na Rua Inspector de Frias a existência de escadas de acesso a um edifício que ocupam parte do passeio impossibilita a circulação de pessoas com mobilidade condicionada que se desloquem em cadeira de rodas ou com problemas de visão, não estando, também, devidamente sinalizados.

6. Edifícios Públicos

6.1. Acessibilidade nos edifícios

Em seguida são especificadas uma série de características de especial importância para facilitar a orientação, circulação e comunicação nos edifícios municipais.

6.1.1. Acessos

Os edifícios municipais devem estar corretamente sinalizados no exterior com um painel bem legível e contrastado, que informe do seu uso. Este painel deve estar situado à direita da porta de acesso. A altura adequada para a sua localização é na direção do olho humano, entre 1,05 e 1,55 metros, medidas que deverão ser comuns e compatíveis a todo o mundo. Isto leva a que se adote, como solução, em vários casos, a duplicação destes painéis. Nesse caso, devem localizar-se, respetivamente, entre 1,10 e 1,40 metros, e entre 1,40 e 1,70 metros de altura.

O painel deve incorporar caracteres em alto-relevo ou Braille, pelo que deverá ser, assim, facilitada uma maior aproximação até eles.

Estas recomendações são válidas para todo o tipo de painéis informativos dos edifícios em questão.

Os acessos têm que permitir a entrada a pessoas com mobilidade reduzida. Devem ter uma largura e altura suficientes e um percurso sem ressaltos nem degraus isolados.

Os elementos transparentes devem estar claramente sinalizados. As portas de vidro (exceto as que sejam de segurança) devem ter um elemento saliente com uma altura mínima de 30 centímetros e devem ter efeitos visuais numa faixa horizontal com uma largura mínima de 5 centímetros, situada a 1,50 metros de altura e com um marcado contraste de cor. Quando a porta de vidro se encontra dentro de um painel do mesmo material, este deve identificar-se, sinalizando-o com um contorno de cor viva. Os painéis de vidro devem estar sinalizados, por sua vez, com faixas, em toda a sua largura, de cores vivas e com uma altura entre 0,80 e 1,70 metros.

Não se recomendam as portas de acesso giratórias nem as portas com sistema de movimento vaivém. As portas batentes com fecho automático devem colocar-se apenas quando estiver assegurado que não serão utilizadas por utilizadores com incapacidade visual, que caminhem em sentido contrário ao da sua abertura. Nesse caso deve ser reforçada a sinalização.

Nas portas de abertura automática recomenda-se que os sistemas de sensores, quer sejam tácteis ou ópticos, estejam colocados e configurados adequadamente, de forma a facilitar ao máximo a entrada de todos os utilizadores.

6.1.2. Painele de informação de serviços

No interior dos edifícios, num local visível e acessível do átrio, deve existir um painel que informe acerca dos serviços do edifício e da sua localização dentro do mesmo.

O painel deve ter um tipo de letra legível e com bom contraste de cor relativamente ao fundo. Além disso, deve ter dimensões adequadas e estar situado a uma altura compreendida entre os 1,20 e os 1,80 metros, estando a linha central por volta dos 1,60 metros. É igualmente importante que a mesma informação que possa ler-se visualmente possa encontrar-se escrita em linguagem Braille ou em alto-relevo.

As pessoas com dificuldades visuais devem poder aproximar-se tanto quanto lhes seja necessário dos painéis localizados no interior dos edifícios municipais. Por este motivo, os painéis informativos devem estar localizados de forma a que permitam a aproximação aos mesmos.

Para facilitar a sua leitura, é conveniente que a informação seja sucinta e que sejam utilizados símbolos simples. Em caso de existir muita informação e dispor de pouco espaço, como por exemplo em Centros de Saúde ou outros, recomenda-se que sejam colocados indicadores com a informação básica que encaminhe as pessoas para o posto de informação correspondente.

6.1.3. Percursos interiores

Uma vez no interior do edifício é necessário que estejam bem sinalizados os percursos por onde todas as pessoas podem movimentar-se livremente e aceder com facilidade aos diferentes serviços. Da mesma forma, devem estar sinalizados os elevadores, as escadas e as rampas, as casas de banho e os restantes serviços que o edifício ofereça. Estes percursos principais podem também ser sinalizados com um pavimento diferenciado que sirva de guia às pessoas invisuais.

O percurso deve ter a maior largura possível, procurando evitar que nas zonas de passagem exista mobiliário ou outros objetos que possam ser um obstáculo. Em caso de ser realmente necessária a presença deste mobiliário

ali, deve evitar-se que este seja colocado nos corredores principais, optando-se por encastrá-lo na parede ou alinhá-lo com a mesma, facilitando, desta forma, a deslocação das pessoas com dificuldades visuais.

Por outro lado, os grandes átrios não são aconselhados, uma vez que dificultam a orientação e a autonomia de alguns utilizadores. Com o mesmo objetivo, é recomendável que se dê especial atenção aos sistemas de abertura de portas e janelas, que podem encontrar-se nos percursos.

As janelas rebatíveis ou basculantes com abertura para dentro podem tornar-se um obstáculo difícil de detectar por pessoas com dificuldades visuais. Desta forma, recomenda-se que se utilizem janelas com sistemas de guilhotina ou de correr ou a opção dos sistemas com abertura para fora, sempre que se preveja que não possa ser um perigo para os percursos exteriores ao edifício. As portas devem igualmente abrir para o exterior ou devem ter sistema de correr. Por outro lado, as maçanetas e outros sistemas de abertura devem acionar-se através de mecanismos de pressão ou de alavanca.

Os pavimentos utilizados devem ser não derrapantes ou mesmo antiderrapantes e devem evitar-se solos excessivamente brilhantes que possam provocar encandeamento. Também não é recomendada a colocação de tapetes ou materiais que atenuem o eco, dado que dificultam a identificação e localização de obstáculos por parte de pessoas invisuais.

Estabelece-se a seguinte classificação do acabamento da superfície de um pavimento quanto à sua maior ou menor qualidade, no que se refere a antiderrapante, de acordo com o seu coeficiente de resistência à derrapagem:

Coeficiente de resistência à derrapagem	
Derrapante	< 25
Não derrapante	25 – 40
Antiderrapante	> 40

Devem colocar-se faixas de pavimento especial, sinalizador do tipo “aviso”, transversais ao sentido de marcha, diante dos elementos mais importantes dos percursos que possam significar um elemento de perigo. Da mesma forma, nos espaços abertos, os percursos principais devem ser sinalizados com uma faixa de pavimento especial sinalizador do tipo “orientação”. No caso dos edifícios onde existam percursos estabelecidos, como por exemplo os museus, recomenda-se que estes sejam marcados com faixas sinalizadoras, para orientar as pessoas invisuais ao longo do corredor.

6.1.4. Elevadores

A presença de elevadores é importante para facilitar às pessoas com mobilidade reduzida a comunicação vertical e, portanto, estes devem estar claramente sinalizados com o pictograma de Acessibilidade internacionalmente reconhecido.

Para identificar os pisos, deve localizar-se do lado direito da porta do elevador o número do piso em alto-relevo. Este deve estar aproximadamente a 1,40 metros de altura e ter como dimensões mínimas de 10 cm x 10 cm. É aconselhável, além disso, que a identificação do piso se encontre também escrita em Braille.

Recomenda-se também que exista um espaço livre de aproximação em frente ao elevador. Espaço, esse que deve ter como dimensões mínimas 1,20 m x 1,20 m e estar sinalizado com pavimento tátil canelado, para facilitar a sua deteção por pessoas invisuais.

O solo, tanto da cabine como da plataforma deve ser não derrapante, sem carpetes ou objetos soltos semelhantes e deve estar nivelado com a plataforma de embarque. Admite-se uma diferença de 1 cm na nivelção.

No lado direito da porta do elevador devem estar localizados também os botões de comando exteriores. Os botões de comando interiores devem estar localizados numa das laterais. Quer os botões interiores quer os exteriores devem estar localizados a uma altura compreendida entre 1 e 1,40 metros. Os botões devem ter numeração dupla, normal e em relevo, além de estar em Braille. Os botões de alarme e paragem de emergência devem estar destacados dos demais, pela sua cor e tamanho.

A cabine deve fornecer informação sonora e visual das paragens imediatas e outros movimentos (sobe, desce, etc.).

6.1.5. Rampas e escadas

O início e o final das rampas e escadas devem estar sinalizados com uma faixa transversal em toda a sua largura, de pavimento do tipo “aviso”, para serem facilmente detetáveis por pessoas com dificuldades visuais. A sua largura mínima deverá ser de 60 centímetros e deverá estar nivelada com o pavimento.

Os cobertores dos degraus devem ser de material não derrapante. Aliás, nos patamares das escadas deve pintar-se parte da parede lateral com uma cor viva e contrastada com a envolvente.

Também é necessário que todos os ângulos salientes dos degraus isolados estejam sinalizados com uma faixa rugosa de um material com cor claramente diferenciada, que facilite a sua deteção. Esta faixa deve ter uma espessura de 5 centímetros e deixar um espaço de 3 centímetros no canto do degrau.

Deve dar-se atenção à colocação de corrimãos e guarda-corpos, que facilitem a circulação pelas rampas e escadas. Estes devem ter uma cor contrastada e devem ser constituídas por um material antiderrapante.

É recomendável, aliás, que se inclua o número do piso em alto-relevo ou escrito em Braille na parte interior do corrimão, para facilitar a orientação das pessoas invisuais.

6.1.6. Portas e interruptores

As portas devem ter uma cor viva que as diferencie das paredes. Os puxadores e maçanetas devem contrastar com a porta, e os interruptores devem contrastar com a envolvente. Tudo isto é necessário para facilitar a sua deteção. Estes elementos devem estar situados entre os 80 centímetros e 1,40 metros de altura e devem acionar-se mediante mecanismos de pressão ou alavanca.

As portas transparentes devem ter um obstáculo com uma altura mínima de 30 centímetros e devem dispor de efeitos visuais numa faixa horizontal com 5 centímetros de largura mínima, situada a 1,50 metros de altura e com um marcado contraste de cor. Quando a porta de vidro se encontra dentro de um painel do mesmo material, este deve identificar-se, marcando-o com um contorno de cor viva. A ONCE recomenda que as portas transparentes tenham duas faixas sinalizadoras de 20 centímetros de espessura de marcado contraste com o fundo. A primeira deve estar entre 1 e 1,20 metros de altura, e a segunda entre 1,50 e 1,70 metros. Esta recomendação deve ser válida para qualquer grande superfície de vidro.

6.1.7. Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias também devem estar sinalizadas com os pictogramas internacionais, dando especial atenção na sinalização das instalações sanitárias adaptadas.

A porta, se for batente (também pode ser de sistema de correr), deve ter uma barra em toda a sua largura e de ambas as faces, a uma altura de $0,80 \pm 0,05$ metros. Deve abrir para fora e deve ter elementos de fecho ergonómicos (fecho grande, travão de punho, etc.).

Os acessórios devem estar colocados ao alcance da mão dos utilizadores sem que estes tenham que abandonar a sua cadeira de rodas; a sua altura deve estar próxima dos 90 centímetros. Aliás, todos os acessórios e mecanismos devem colocar-se a uma altura não superior a 1,40 metros nem inferior a 40 centímetros.

Os sistemas de descarga (autoclismos) e das torneiras devem ser acionados por mecanismos de alavanca ou de pressão.

Todos estes elementos devem ter um mecanismo de funcionamento e desenho simples e devem ter um tamanho suficientemente perceptível por todos.

Recomenda-se, aliás, que se disponha de um alarme para o aviso de quedas ou outras necessidades.

6.1.8. Postos de atendimento ao público

Os postos de atendimento ao público também devem estar claramente sinalizados dentro dos percursos principais dos edifícios. A altura e o desenho do balcão devem permitir que todos os utilizadores possam receber a atenção necessária. O balcão de informação deve ter uma altura máxima, desde o solo, de 85 centímetros e uma largura mínima de 90 centímetros. Se existir apenas espaço de aproximação frontal, a sua parte inferior, entre 0 e 70 centímetros de altura, deve estar livre de obstáculos, de forma a permitir a aproximação de uma cadeira de rodas.

Em postos de informação turística, é adequado que existam funcionários que atendam o público em vários dos principais idiomas internacionais.

Deve estar instalado nos recintos um mecanismo de onda magnética, que permita a comunicação normal com pessoas portadoras de aparelho auditivo. Além disso, deve adicionar-se a esta instalação um mecanismo de alta voz, que facilite a comunicação com os utilizadores com perda auditiva. O sistema deve possuir um interruptor para o uso alternativo das formas de comunicação acima referidas. Na zona imediata dos mecanismos magnéticos deve ter-se o cuidado de que não existam reactâncias, nem transformadores, nem motores ou outros equipamentos que possam criar campos eletromagnéticos que causem ruídos nos aparelhos auditivos.

6.1.9. Megafonia e sinalética de informação

6.1.9.1. Megafonia

Nos edifícios que disponham de sistema de megafonia, a informação deve ser transmitida de forma clara e concisa e, se possível, o volume da mesma deve estar calibrado em função do ruído ambiente.

Através da megafonia deve conseguir-se um baixo nível sonoro, mas muito bem distribuído pelo recinto em questão, ou seja, instalando sistemas de alta voz consoante a superfície o exija, de banda larga e com menos de 30W. É aconselhável localizar os altifalantes em lugares e de maneira que permitam às pessoas com incapacidade auditiva aproximar-se destes quanto necessitem. Também é aconselhável que a mensagem seja precedida de um sinal de aviso e que, melhor ainda, se repita, para que as pessoas com perda auditiva possam aproximar-se de um altifalante.

Por outro lado, fora dos momentos em que esteja a ser transmitida alguma informação por megafonia, seja mantido qualquer sinal (musical, comercial, etc.) com o objetivo de servir de referência estável para a composição espacial dos invisuais.

A megafonia nos átrios deve estar acondicionada com os mecanismos magnéticos e amplificadores de campo magnético, necessários para possibilitar uma melhor audição às pessoas com incapacidades auditivas, portadoras de um auricular. Devem ser colocados pictogramas em pontos singulares, que informem estas pessoas de que existe essa instalação (placa com a inscrição “Megafonia Acondicionada”). O sinal que o mecanismo magnético transmite ao auricular pode ser perturbada por qualquer campo eletromagnético, portanto, deve haver o cuidado de fazer a sua instalação fora do alcance de motores, transformadores elétricos, reactâncias, etc.

6.1.9.2. Sinalética de informação

Os painéis de informação ou sinalização, monitores de televisão, painéis, pictogramas, etc. devem estar colocados em lugares que permitam aos seus leitores aproximar-se e distanciar-se deles o quanto exija a sua incapacidade visual. A melhor altura é a do olho humano, entre 1,05 e 1,55 metros, medidas que devem ser compatíveis a todo o mundo. Isto induz a que se deva adotar como solução em várias situações, a duplicação de alguns sinais. Nesse caso, devem ser localizados, respetivamente, entre 1,10 e 1,40 metros e entre 1,40 e 1,70 metros de altura.

Estes painéis devem estar diretamente iluminados e não devem refletir brilho nem luz intensa que encandeiem o leitor. A instalação dos elementos de iluminação deve ser feita corretamente, assim como a utilização de vidros deve ser adequada, usando os vidros foscos ao invés dos que reflectem brilho.

Os seus caracteres devem ter um tipo de letra nítido e de desenho simples, com cores contrastadas com o fundo e com tamanhos grandes, em função da distância máxima a que as pessoas têm que ler. É importante que toda a informação que seja fornecida em formato acústico seja fornecida igualmente em formato visual, por meio de algum sinalética de informação dinâmico.

No que se refere às necessidades das pessoas com incapacidade psíquica ou mental, é indispensável que as pessoas encontrem circulações simples e que, logo, estejam sinalizadas com simplicidade. A utilização de uma simbologia de fácil compreensão permitirá também melhores condições de acessibilidade.

6.1.10. Sistemas de emergência

Os edifícios devem dispor de um sistema de emergência que informe das situações de perigo e sinalize as vias de evacuação.

Este sistema deve fornecer informação visual com pictogramas, setas e luzes. Nas vias de evacuação comuns e gerais devem tomar-se medidas que auxiliem as pessoas com incapacidade auditiva, mediante a instalação de telas eletrónicas programáveis, que encaminhem para as saídas, com emissões intermitentes de luz, e que sinalizem e demarquem o edifício através de imagens fluorescentes (ou foto luminescente).

Devem também ser tomadas algumas medidas para as pessoas invisuais, tal como a adoção de megafonia e a instalação de sistemas de alerta acústicos ao longo das vias de evacuação, que informe das situações de perigo.

Em situação de emergência, deve instalar-se um dispositivo que emita um aviso sonoro codificado, não estridente. Este som deve ser megafónico, falado ou pré-gravado, sirene, campainha, etc. Da mesma forma, deve orientar-se o invisual nas vias de comunicação, com linhas sonoras, que soem em sequência, seguindo o sentido da saída. Deve aplicar-se sempre esta medida com a máxima precaução para que não crie mais confusão que orientação.

6.1.11. Critérios específicos de Comunicação em função do uso do edifício

6.1.11.1. Bibliotecas

- Neste tipo de equipamentos, onde se gere e classifica grandes quantidades de informação, é necessário e imprescindível que a organização da mesma seja clara e simples.

- Recomenda-se também que alguma pessoa da equipa tenha conhecimentos básicos de linguagem gestual. É também recomendável que se disponha de sistemas de comunicação alternativa, que facilitem a transmissão de informação a pessoas com limitações na comunicação.
- É altamente recomendável que a classificação da documentação seja posta à disposição do utilizador através da Internet em computadores localizados na própria biblioteca, para a facilitar o acesso remoto aos fundos documentais, assim como para possibilitar a reserva e solicitar livros do fundo disponível na Internet.

6.1.11.2. Salas de espetáculos e conferências

- Deve reservar-se espaço nas primeiras filas para pessoas com incapacidade auditiva ou com problemas de visão.
- O sistema de megafonia deve ser de qualidade, para facilitar a comunicação a pessoas com perdas auditivas leves.
- O palco deve ser acessível a oradores com mobilidade reduzida.
- Deve dispor-se de sistemas de amplificação para utilizadores com próteses auditivas, tais como mecanismos magnéticos e equipamentos de frequência modulada.
- Os alarmes de emergência devem ser transmitidos por via auditiva e visual.
- Deve dispor-se de microfones de pinça para as pessoas que não tenham possibilidades de usar microfones de mão.
- Deve contar-se com serviços de estenotipia computadorizada para oferecer informação textual em tela das apresentações orais em tempo real.

6.2 Estado Atual da Comunicação no âmbito dos Edifícios Públicos no Município de Sátão

Acessos

Alguns dos edifícios estudados não se encontram corretamente sinalizados no exterior. É o caso da Casa Museu Camila Loureiro, entre outros, em que existe a denominação na fachada sendo, no entanto, o material utilizado não recomendado pelo facto da sua leitura ser pouco acessível a todos uma vez que não existe

contraste entre a cor das letras e a do fundo em que estão inseridas.



“Casa Museu Camilo Loureiro” a sua denominação é Na praticamente inacessível pela ausência do contraste da cor.

Já no edifício do Cine Teatro registamos uma certa confusão entre a sua sinalização, uma vez que no exterior existe um letreiro a dizer “Cinema Municipal” e logo a seguir um outro com letras mais artesanais designando-o por “Cine Teatro”, o que confunde qualquer pessoa sobre a função do edifício.

No que se refere aos acessos aos edifícios estes, por vezes, impossibilitam ou dificultam a entrada a pessoas com mobilidade condicionada por diversos motivos. Em vários edifícios analisados registámos a existência de escadas de acesso, ressaltos ou degraus isolados. É o caso do Gabinete de Inserção Profissional, CPCJ e Núcleo de Sátão do Ministério da Agricultura sediados no edifício da antiga Escola em que as escadas são inacessíveis a pessoas com mobilidade condicionada que se desloquem em cadeira de rodas.



No edifício da antiga Escola, as escadas tornam inacessível acesso aos diferentes serviços aí sediados a pessoas com mobilidade condicionada.

O mesmo acontece com o edifício da Biblioteca Municipal, em que a escadaria da entrada torna completamente inacessível o seu acesso a pessoas com dificuldades motoras que se desloquem com muletas ou em cadeira de rodas.



A Biblioteca Municipal é um edifício completamente inacessível a pessoas com mobilidade condicionada.

No que se refere ao edifício da Câmara Municipal verificámos a existência de uma rampa de acesso mas que constitui um perigo para os seus utilizadores uma vez que não tem um corrimão de resguardo que sirva de proteção e de apoio às pessoas que se desloquem em cadeira de rodas ou outras com mobilidade reduzida e a invisuais.



Rampa de acesso ao edifício da Câmara Municipal constitui um perigo para os seus utilizadores com mobilidade condicionada ou invisuais, uma vez que não tem corrimão de proteção e de apoio.

Para além disso, não se verifica nos edifícios estudados a existência de pavimento

diferenciado encaminhador para invisuais, que indiquem o percurso até à entrada dos edifícios nem o pavimento de tipo alerta para situações de perigo ao longo dos edifícios.

No acesso ao edifício da Piscina Municipal, não existe pavimento diferenciado encaminhador para invisuais na vasta área em frente à sua entrada até à porta das instalações, o que as torna inacessíveis a pessoas com dificuldades visuais. O mesmo acontece com o acesso ao edifício da Câmara Municipal em que não existe pavimento diferenciado que indiquem o percurso até à rampa de acesso nem pavimento de alerta para situações de perigo ao longo do edifício.



Na vasta área de acesso à Piscina Municipal não existe pavimento diferenciado encaminhador para invisuais o que a torna inacessível a pessoas com dificuldades visuais.

No acesso à Biblioteca Municipal verifica-se a existência de portas em vidro com sinalização transversal em cor branca, mas sem faixas de alerta com cor viva e contrastante ou outros elementos sinalizadores, pelo que pode ser difícil à maioria das pessoas perceberem a sua existência, constituindo um perigo aos seus utilizadores.



A Biblioteca Municipal tem portas em vidro mas sem faixas de alerta em cor viva e contrastante, o que constitui um perigo aos seus utilizadores.

Painel de informação

Em vários edifícios analisados não se observa a presença de um painel que informe acerca dos serviços do edifício e da sua localização no seu interior, o mesmo se verificando com o horário de funcionamento do mesmo. Se no edifício da Câmara Municipal existem painéis com os serviços que ali funcionam, já a textura do material de suporte não é recomendada, neste caso o acrílico, uma vez que reflete a luz e provoca encandeamento tornando pouco acessível a sua leitura. De referir também, que os mesmos não estão escritos em braille, o que torna inacessíveis os serviços do edifício do Município a invisuais.



Os painéis com os serviços que funcionam na Câmara Municipal têm uma textura pouco recomendada pois reflete a luz e torna pouco acessível a sua leitura.

Os painéis onde se colocam editais e outras informações, na maior parte dos casos, também não são acessíveis, uma vez que o tamanho do tipo de letra dos mesmos é demasiado pequeno para serem lidos a curta distância, tornando difícil a sua leitura à maioria das pessoas. De notar também a inexistência de informações em linguagem Braille, o que impede pessoas invisuais de terem acesso aos conteúdos.



Os painéis onde se colocam editais e informações úteis não são acessíveis, uma vez que o tipo de letra dos mesmos é demasiado pequeno para que se consiga ler a curta distância.

Registámos também a existência de painéis informativos afixados nas próprias portas, o que torna inacessível a sua leitura sempre que a mesma se encontrar aberta, como é o caso da Direcção Regional de Agricultura e Pescas, Núcleo de Sãtão e do Gabinete do Censos 2011.



O painel informativo da localização do Núcleo de Sãtão, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas e do Gabinete do Censos 2011 está afixado na porta o que torna inacessível esta informação sempre que a mesma se encontra aberta.

Percursos interiores

No interior dos edifícios analisados, os percursos interiores principais não estão sinalizados com um pavimento diferenciado encaminhador pelo que não é fácil, especialmente para as pessoas invisuais, acederem aos diferentes serviços, como é o caso da Câmara Municipal. O mesmo acontece no Cine-Teatro e no edifício da

Piscina Municipal, entre outros.



No edifício da Câmara Municipal os percursos interiores não estão sinalizados com pavimento diferenciado encaminhador o que dificulta o acesso a pessoas invisuais.

As escadas, os corredores e restantes serviços que os edifícios oferecem também não estão devidamente sinalizados. Uma vez que os obstáculos não têm sinalização de alerta, surgem situações de perigo, como é o caso das escadas principais da Câmara Municipal ou do Museu Camila Loureiro, sendo as do primeiro caso, por causa dos vasos colocados junto às paredes e em diferentes degraus, completamente inacessíveis para pessoas com problemas de visão, nomeadamente invisuais.



As escadas principais da Câmara Municipal não têm sinalização de alerta e, pela colocação de vasos em vários degraus junto às paredes, são um enorme perigo para pessoas invisuais, tornando-as absolutamente inacessíveis.

Os percursos interiores, muitas vezes, não têm a largura recomendada e facilmente se encontram obstáculos nas zonas de passagem, tais como ressaltos, desníveis, degraus, mobiliário diverso ou outros elementos que podem ser um obstáculo para os utilizadores destes edifícios (como, por exemplo, cadeiras, vasos, extintores,



entre muitos outros, como é o caso do Cine Teatro ou da Câmara Municipal.

No Cine Teatro, podemos encontrar umas escadas de acesso ao palco e materiais diversos, como uma secretária, numa zona de passagem sem qualquer sinalização.

Um outro exemplo, e que constitui um sério perigo para a maior parte das pessoas, é a rampa muito acentuada que se encontra no acesso à plateia do Cine Teatro, sem que exista qualquer faixa sinalizadora de alerta ou piso diferenciador. Esta rampa de acesso não obedece às normas da acessibilidade uma vez que tem mais do que 8% da inclinação recomendada, o que a torna inacessível a uma pessoa que se desloque em cadeira de rodas.



Na plateia do Cine Teatro esta rampa acentuada não tem qualquer faixa sinalizadora de alerta ou piso diferenciador, o que constitui um enorme perigo para qualquer pessoa.

Nos edifícios analisados registámos em muitas das situações que o sistema de abertura das portas não se efetua para o exterior mas sim para o interior, o que dificulta ou mesmo impossibilita o movimento de um utilizador que se desloque em cadeira de rodas, como é o caso do Tribunal Judicial da Comarca de Sátão,

sediado no edifício da Câmara Municipal.



No Tribunal Judicial da Comarca de Sátão, sediado no edifício da Câmara Municipal, o sistema de abertura da porta efetua-se para o interior, o que dificulta o movimento de um utilizador em cadeira de rodas.

Por outro lado, também detetámos uma outra falha no que respeita à acessibilidade das portas em diversos edifícios. É que o sistema de abertura das mesmas, puxadores ou maçanetas, não têm mecanismos de pressão ou de alavanca, de acordo com as recomendações em vigor, como é o caso, entre outros, da Biblioteca

Municipal.



Maçaneta de uma porta da Biblioteca Municipal sem mecanismo de pressão ou de alavanca, o que se torna num obstáculo para alguns utilizadores com dificuldades motoras.

Elevadores

Em nenhum edifício analisado registámos a existência de elevadores não obstante a maior parte deles terem mais de um piso e terem escadas de difícil acesso para pessoas com mobilidade condicionada que se desloquem em cadeira de rodas ou com o apoio de muletas.

Rampas e escadas

Na generalidade dos edifícios municipais analisados não existem rampas de acesso o que os torna inacessíveis às pessoas com mobilidade reduzida que se deslocam em cadeira de rodas e de difícil acesso a pessoas invisuais. As duas exceções registadas são a da entrada do edifício da Câmara Municipal, que já analisámos anteriormente e as do Cine Teatro. A rampa da plateia do Cine Teatro, pela acentuada inclinação da mesma, que ultrapassa em muito os 8% recomendados, constitui um sério perigo para uma pessoa com mobilidade reduzida que se desloque em cadeira de rodas.



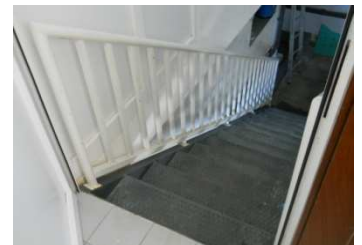
A rampa da plateia do Cine Teatro, pelo acentuado declive que regista, constitui um sério perigo para quem se desloque em cadeira de rodas, tornando-se mesmo inacessível para uma pessoa com mobilidade condicionada.

Em nenhuma escada ou degraus isolados de todos os edifícios estudados encontrámos pavimento com faixas sinalizadoras transversais de tipo “aviso” em toda a largura no início e no final dos mesmos. Este facto traduz graves dificuldades de acessibilidade aos edifícios municipais por parte de pessoas com limitações visuais, tendo nós registado mesmo situações que constituem um verdadeiro perigo não só para pessoas com estas dificuldades mas para qualquer cidadão. É o caso das escadas da Biblioteca Municipal que não têm qualquer sinalização de tipo “aviso” nem qualquer corrimão de apoio. Todos os degraus são constituídos por material derrapante, ao contrário do que é aconselhável, e que aumenta o perigo para quem tem que as utilizar, tornando-as mesmo inacessíveis a pessoas invisuais.



As escadas da Biblioteca Municipal não têm qualquer sinalização de tipo “aviso” nem qualquer corrimão ou apoio nos primeiros degraus, o que constitui um verdadeiro perigo para qualquer pessoa.

Um outro exemplo registado, de sério perigo para pessoas com problemas de visão, é o de umas escadas da Piscina Municipal que apesar de terem degraus antiderrapantes, têm, no entanto, corrimãos em material derrapante, cuja cor não contrasta com o ambiente envolvente e só começam a meio do primeiro degrau.



Os corrimãos destas escadas da Piscina Municipal são de material derrapante e a cor não contrasta com a envolvente. Só começam a meio do primeiro degrau constituindo um sério perigo para pessoas com problemas de visão.

Portas e interruptores

As portas dos edifícios públicos analisados não têm, no geral, uma cor que contraste com a cor das paredes, como é o caso das da Piscina Municipal, não respeitando, portanto, a legislação em vigor. Para além disso, a sua abertura faz-se para o interior e não para o exterior, o que as torna de difícil acesso para pessoas

com mobilidade reduzida que se desloquem em cadeira de rodas.



As portas da Piscina Municipal não têm uma cor contrastante com a cor das paredes e a sua abertura faz-se para o interior o que as torna de difícil acesso a pessoas que se desloquem em cadeira de rodas.

Quanto aos puxadores das portas, à exceção dos da Piscina Municipal, não obedecem, no geral, às regras de acessibilidade uma vez que são difíceis de manejar por não serem de alavanca ou de pressão, como é o caso dos da Câmara Municipal, o que torna a abertura das portas praticamente impossível a pessoas com

difficuldades motoras.



Os puxadores das portas da Câmara Municipal são de difícil manejo, uma vez que não são de pressão ou de alavanca, como indica a legislação em vigor.

Em relação a vários edifícios analisados, verificámos a existência de interruptores que não são de pressão e cujo mecanismo dificulta a sua manipulação a pessoas com dificuldades motoras, como é o caso dos do edifício do Câmara Municipal, e que não obedecem às regras da acessibilidade, apesar da sua cor contrastar com a

cor da parede em que estão inseridos.



Interruptores do edifício da Câmara Municipal não são de pressão, o que dificulta a sua manipulação a pessoas com dificuldades motoras.

Instalações sanitárias

As instalações sanitárias estão sinalizadas nos edifícios analisados. Na sua maioria, a sinalização utilizada apresenta pictogramas internacionalmente reconhecidos, não estando, no entanto, afixados do lado direito da porta mas no cimo desta, o que impede a sua perceção a pessoas com dificuldades de visão, como é o caso da

Piscina Municipal ou da Câmara Municipal.



A sinalização do WC no edifício da Câmara Municipal apresenta os pictogramas internacionalmente reconhecidos, mas está afixado acima da porta o que impede a sua perceção a pessoas com dificuldades de visão.

À exceção do edifício da Piscina Municipal, não existem nos restantes instalações sanitárias para pessoas com dificuldades motoras. No entanto, no caso da Piscina Municipal a sua sinalização, com o pictograma internacionalmente reconhecido, está afixada na porta, o que impede a sua perceção quando esta se encontra aberta.



O pictograma internacionalmente reconhecido está afixado na porta das instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada, o que impede a sua perceção quando a mesma se encontra aberta, no edifício da Piscina Municipal.

Se as instalações sanitárias para pessoas com dificuldades motoras da Piscina Municipal obedecem às regras da acessibilidade no seu interior, tornando-as seguras e acessíveis a qualquer pessoa e em particular para quem se desloca em cadeira de rodas, no que diz respeito à aproximação e resguardos da sanita, chuveiro e lavatório, há, no entanto, a registar a ausência de um sistema de aviso para quedas ou outras necessidades nas mesmas instalações.



Na Piscina Municipal, as instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada obedecem às regras da acessibilidade não existindo, no entanto, um sistema de aviso para quedas ou outras necessidades.

Iluminação dos espaços

Os locais, em geral, iluminados por luz natural são os átrios e antecâmaras pois aí encontram-se portas em vidro e várias janelas, como é o caso da Câmara Municipal e da Piscina Municipal. Um outro exemplo do aproveitamento da luz natural complementada com luz elétrica, o que deve acontecer sempre que

necessário é o da sala de leitura da Biblioteca Municipal.



Átrio iluminado por luz natural por causa das portas de vidro e janelas e, se necessário, complementado com luz elétrica de acordo com as regras da acessibilidade, como é o caso da Câmara Municipal

Postos de atendimento ao público

Os postos de atendimento ao público, no geral, não estão claramente sinalizados dentro dos percursos dos edifícios estudados. Além disso, o desenho de posicionamento das mesas e balcões de atendimento não são os recomendados. Em geral, estes não permitem a sua aproximação frontal devido ao seu desenho, o que impede que alguém que se desloque em cadeira de rodas a eles tenha acesso, como é o caso do balcão de atendimento da Câmara Municipal que não permite nem a aproximação frontal e a sua altura é demasiado elevada, ou o caso do da Biblioteca Municipal.



O balcão de atendimento ao público da Câmara Municipal não permite uma aproximação frontal e a sua altura é demasiado elevada, o que impede que alguém que se desloque em cadeira de rodas a ele tenha acesso.

Não existe pavimento diferenciado de encaminhamento até ao posto de atendimento em qualquer dos edifícios analisados, o que seria de extrema utilidade em termos de orientação para pessoas com problemas de visão, especialmente no caso destes estarem inseridos em átrios de dimensão

considerável, como é o caso da Biblioteca Municipal.



Em nenhum dos edifícios analisados existe pavimento diferenciado de encaminhamento até ao posto de atendimento, como é o caso da Biblioteca Municipal.

Sinalética de informação

Os painéis de informação, as placas identificativas ou indicativas, entre outros, nem sempre estão colocados em lugares que permitam aos seus leitores aproximar-se e distanciar-se deles o quanto o exija a sua capacidade visual visto que, na sua grande maioria, encontram-se localizados a um nível demasiado elevado ou estão localizados num local inacessível que impedem a sua aproximação. São apresentados alguns exemplos dessas situações.

A sinalética de identificação dos serviços dos edifícios nem sempre está localizada ao lado da porta. Verifica-se frequentemente a sua identificação inserida nas portas pelo que, quando se encontram abertas, perde-se a perceção da identificação. Referimos, como exemplos, a Tesouraria da Câmara Municipal e o Gabinete de

Psicologia.



A identificação da Tesouraria da Câmara Municipal está inserida na porta o que impede a sua perceção sempre que esta se encontra aberta.

Os painéis ou placas informativos não se encontram diretamente iluminados e surgem exemplos em que os mesmos são compostos por material refletor, o que pode encandear qualquer pessoa. Neste contexto, pode referir-se o painel em acrílico de identificação de serviços na Câmara Municipal.



Painel em acrílico de identificação de serviços na Câmara Municipal é refletor, o que pode encandear qualquer pessoa.

Os caracteres utilizados nos painéis variam de acordo com o tipo de informação transmitida. No Caso dos painéis com editais e outras informações é utilizado um tipo de letra nítido e de desenho simples, com cores contrastadas com o fundo, apesar do tamanho da letra ser, geralmente, bastante reduzido, especialmente para a altura a que estão localizados. A informação não é fornecida, em nenhum caso, em formato acústico ou em linguagem Braille (ou mesmo em alto relevo).



Painel informativo pouco acessível no edifício da antiga Escola devido ao tamanho da letra da maior parte dos documentos afixados ser demasiado reduzido.

No caso dos painéis ou cartazes de informação sociocultural e outros, estes apresentam, em geral, caracteres de maiores dimensões e com maior contraste com o fundo, de forma a chamar mais a atenção dos utilizadores dos espaços. No entanto, isso nem sempre acontece, sendo esta uma responsabilidade dos promotores que devem exigir a informação com as características mínimas de acessibilidade, e também dos editores contratados que devem cumprir as normas estipuladas por lei.



Cartazes de índole sociocultural afixados no Cine Teatro cumprem alguns dos itens gráficos de acessibilidade, mas ainda mantém falhas que os tornam pouco acessíveis a pessoas com problemas de visão.

Sistemas de emergência

Nem todos os edifícios analisados dispõem de um sistema de emergência, e em alguns dos que o têm, apresentam pouca funcionalidade, pois nem sempre são sinalizadas convenientemente as vias de evacuação. Ressalvamos aqui o caso da Piscina Municipal, ainda que tenhamos registado um aviso de saída de emergência

que não obedece às regras internacionalmente reconhecidas.



NA Piscina Municipal existe um sistema de emergência, mas detetámos um exemplo de aviso de saída de emergência que não obedece às regras internacionalmente reconhecidas.

Além disso, não existe qualquer sistema que permita informar os utilizadores que possuem incapacidades auditivas e visuais, em caso de emergência, ou seja, não existe uma instalação de teclas eletrónicas programáveis, que encaminhem para as saídas assim como não existem sistemas de megafonia e sistemas de alerta acústico ao longo das vias de evacuação, que informem das situações de perigo e orientem os utilizadores.

No que se refere à localização das saídas, o sistema que se observa nos edifícios estudados fornece apenas informação visual com pictogramas e luz, como é o caso da Piscina Municipal.



Na Piscina Municipal, o sistema de emergência fornece apenas informação visual com pictogramas e luz.

A sinalização dos extintores é disponibilizada em pictogramas de cor creme contrastando com o vermelho de fundo. Estes elementos, muitas vezes, encontram-se mal localizados, podendo ser um obstáculo nos percursos de passagem, como é o caso da Câmara Municipal.



Exemplo de um extintor mal localizado, podendo ser um obstáculo nos percursos de passagem, nomeadamente para pessoas com problemas de visão, na Câmara municipal.

Muitas vezes, o acesso aos equipamentos de emergência é interrompido por elementos de mobiliário ou outros obstáculos, que dificultam a rapidez e eficácia em situação de emergência. É o caso da Biblioteca Municipal em que existe um vaso à frente da porta em que está colocada a mangueira de incêndios.



Na Biblioteca Municipal existe um vaso a impedir o acesso ao equipamento de emergência. O que dificulta a rapidez e eficácia em situação de incêndio.

Sala de espetáculos e conferências

O Cine Teatro é uma sala com problemas de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada e para pessoas com problemas de visão. Apesar de existirem rampas no acesso e no interior do auditório estas apresentam um declive demasiado acentuado, muito acima dos 8% recomendados. A rampa da plateia é de tal forma acentuada que constitui um verdadeiro perigo para alguém que se desloque em cadeiras de rodas.



A rampa da plateia do Cine Teatro é de tal forma acentuada, que constitui um enorme perigo para pessoas que se desloquem em cadeira de rodas.

Para além disso o acesso às cadeiras da plateia é em degraus, o que as torna pouco acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada. Acresce o facto de que o espaço disponível para passagem entre as cadeiras é praticamente inexistente, sendo difícil o cruzamento de duas pessoas nesse intervalo, e ainda menos se tiverem dificuldades motoras e que se desloquem, por exemplo, com o apoio de muletas.



O acesso às cadeira da plateia do Cine Teatro é em degraus e o espaço disponível para passagem entre elas é muito reduzido impedindo o cruzamento de pessoas, sobretudo se tiverem dificuldades motoras e se deslocarem com o apoio de muletas.